



SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.** 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015 [2011].

**Aline dos Santos Lima**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano  
E-mail: <[aline.lima@si.ifbaiano.edu.br](mailto:aline.lima@si.ifbaiano.edu.br)>.

Marcos Aurélio Saquet tem deixado patente em suas publicações a busca por dois objetivos: realizar uma análise crítico-reflexiva no sentido de mostrar as distintas abordagens e concepções do conceito de território e seus principais componentes e, ao mesmo tempo, numa direção operativa, propor a elaboração de uma abordagem territorial, já que, para ele, a territorialidade assume também o caráter de mobilização, organização e luta política em favor de um desenvolvimento mais equitativo. Em nossa opinião, o primeiro intento foi atingido, especialmente no livro “Abordagens e concepções de território” (2007), já a segunda questão foi preenchida na obra “Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial” (2011).

O cunho mais operativo da obra em apreço foi feito na medida em que Saquet conclamou professores-pesquisadores a assumir uma posição política, questão que abarca toda a obra e ganha centralidade no último capítulo. O convite de Saquet é direto. Em face às desigualdades, principalmente associadas à reprodução ampliada do capital e à sua circulação acelerada, ele propõe propostas alternativas de desenvolvimento. Ou melhor, ele nos incita a exercer uma práxis libertadora que nos permita a práxis dialógica e cooperada de transformação territorial e do lugar, o que somente é possível com a valorização da autonomia, da criatividade, da preservação da natureza, das identidades e do conhecimento popular.

Nesse sentido, e após expor que a operacionalização dos conhecimentos científicos é pouco explorada no cotidiano, ele sugere que os professores-pesquisadores

interajam com os sujeitos-objetos dos seus estudos em seus lugares-territórios da vida cotidiana por meio de projetos de desenvolvimento territorial alternativos. Somente assim, seria possível atender as necessidades e aos desejos dos habitantes de cada território-lugar e somente assim seria possível fazer uma Geografia para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.

O convite para que os professores-pesquisadores interajam com os sujeitos-objetos dos seus estudos e cooperem para uma reflexão da abordagem territorial atenta ao desenvolvimento em seus lugares-territórios da vida cotidiana, não é tarefa simples. Saquet, portanto, se encarrega de construir os aportes crítico-reflexivos que sustentarão a operacionalização desse intento no último capítulo. E isso não é pouco. É preciso expor o avanço que essa obra traz em relação as produções anteriores do próprio Saquet e, ao mesmo tempo, é preciso sinalizar as distintas formas da abordagem territorial. É preciso deixar explícito que existem distinções entre os conceitos de espaço e de território, e que o autor compreende essas diferenças, não obstante ele sinalize que essa sua visão não seja um consenso entre outros professores da área. Em sua tentativa de expor as distinções entre espaço e território o autor se debruça por muitas obras que o ajudam a conceituar território e territorialidade. Aliás, muitas das obras consultadas demarcam temporalmente a centralidade do conceito de território nas análises geográficas. Esse marco temporal toma como base obras de estudiosos italianos que apontam a emergência do conceito de território num contexto marcado pela renovação da Geografia, o que reverbera na produção brasileira. Todas essas contribuições pontuam a importância da concepção multidimensional, ou seja, da relação espaço-tempo, numa análise geográfica que se proponha voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial.

Segundo Saquet, existem quatro tendências ou perspectivas na abordagem territorial, questões muito bem exploradas na obra “Abordagens e concepções de território”. Existe uma perspectiva econômica, que se conforma nas relações de produção; outra materialista, que versa sobre a dimensão geopolítica e se caracteriza nas noções de controle e de domínio do Estado; uma perspectiva fenomenológica, que se baseia na dimensão política e cultural; e, por fim, uma perspectiva voltada para a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento local em voga a partir dos anos 1990.

Essa última é justamente a perspectiva apreciada pelo autor e é a partir dela que ele propõe a interação entre os professores-pesquisadores e os lugares-territórios de pesquisa no trabalho cotidiano dentro e fora da escola. Na abordagem territorial centrada nas discussões de sustentabilidade e desenvolvimento, a territorialidade significa relações políticas de governança, sem deixar de envolver processos econômicos, culturais e diferentes formas de apropriação e uso do ambiente, ou melhor, são as territorialidades sustentáveis nas palavras de Claude Raffestin ao prefaciar a obra.

Mas, para Saquet, é preciso entender o espaço geográfico para compreender o território, pois ambos, apesar de serem distintos epistemológica e ontologicamente, não estão separados. Segundo ele, há uma relação de unidade entre espaço e território. Entretanto, existem pelo menos três processos que possibilitam uma diferenciação entre ambos.

As relações de poder numa compreensão pluridimensional, constituindo campos econômicos, políticos e culturais, juntamente com a construção histórica e relacional de identidades e o movimento de territorialização, desterritorialização e reterritorialização estão na base da diferenciação entre território e espaço. Ao afirmar que existem, no mínimo, três possibilidades para se diferenciar minimamente o território do espaço o autor traz à baila uma questão de método, pois podemos ter diferentes compreensões de espaço geográfico e de território, de acordo com nossas opções teórico-metodológicas e políticas.

Essas colocações são importantes, pois o autor, em meados do segundo capítulo da obra em apreço, contrapõe as críticas feitas por outros geógrafos no texto “Territórios-faxinais-espacos. A problemática ‘espaço/território’ na formação social brasileira” publicado em 2009 na obra “Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos”. Os autores da crítica, alegam que Saquet atribui centralidade ao conceito de território e negligencia o conceito de espaço geográfico.

Para compreender o espaço e propor sua conceituação do que seria território, Saquet recorre a diversos autores. Mas, de modo especial, no primeiro capítulo da obra, ele utiliza duas publicações que considera clássicas na Geografia. São elas “Espaço e poder” de Paul Claval e “Trabalho, espaço e poder” de Claude Raffestin e Mercedes Bresso, cujo ponto comum é a centralidade atribuída ao conceito de espaço geográfico e a noção de poder.

É mister reforçar que as reflexões feitas por Saquet tem como base uma abordagem (i)material-pluridimensional de Geografia e/ou relacional-processual. Isso

significa que o autor está a favor de uma abordagem centrada na relação espaço-tempo, já que para ele as territorialidades estão diretamente vinculadas às identidades e às diferenças, sem se deslocarem das temporalidades.

A inserção da dimensão temporal nas reflexões de Saquet tem influência de pensadores de formação e perspectivas teórico-metodológicas distintas. Entre os geógrafos italianos destaca-se a contribuição de Gisepe Demmateis e Massimo Quaini, ambos responsáveis pela discussão das relações espaço-tempo e sociedade-natureza no início da segunda metade do século XX. O autor não se furta de observar, também, a incorporação da dimensão temporal por geógrafos não marxistas como Jean Gottmann e Claude Raffestin; por geógrafos brasileiros que lhe antecederam; e por não geógrafos marxistas como Francesco Indovina, Donatella Calabi, Alberto Magnaghi e Arnaldo Bagnasco. Para além de refletir e de indicar caminhos operativos traçados pelos autores citados, Saquet elabora uma síntese didática contendo a abordagem de cada um, bem como a concepção dos mesmos acerca dos conceitos da Geografia (seja espaço geográfico, território ou territorialidade), sem se esquecer de expor quais os principais estudiosos que contribuíram para a formação de cada um deles.

O autor acrescenta às suas reflexões o indicativo de temporalidade na construção social do território, o que estaria articulado, tanto objetiva quanto subjetivamente a partir das transterritorialidades. Assim, como as territorialidades mudam em cada relação espaço-tempo, altera-se também o território, contendo aspectos do passado, comuns e diferentes em relação a outros territórios.

Entendemos que a incorporação da dimensão temporal é um avanço do autor em relação a obra “Abordagens e concepções de território”, especialmente porque, na obra “Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades”, Saquet tenta fazer com que a Geografia contribua para a cooperação em prol do desenvolvimento territorial, o que torna a discussão espaço-tempo relevante. Mas, é preciso fazer um adendo antes de apontarmos os principais pontos discutidos por Saquet acerca da importância da relação espaço-tempo no delineamento das tendências que exigem uma política territorial mais satisfatória para o lugar-território da vida cotidiana.

Nesse sentido, é fundamental compreender o contexto que ensejou a relação espaço-tempo e, sobretudo, a centralidade do conceito de território na Geografia, o que está atrelado ao processo de renovação desse campo do saber.

Para Saquet, a década de 1960-70 trouxe mudanças pluridimensionais que afetou o mundo e as ciências. Entretanto, essas mudanças tiveram influência de fenômenos espaciais anteriores ao período citado e a contribuição de diversos geógrafos (como Paul Vidal de La Blache, Alexander von Humboldt e Karl Ritter) e pensadores de outros campos do saber (como Immanuel Kant, Friedrich Hegel, Karl Marx, Max Weber e Friedrich Engels). No caso da Geografia, essas influências ficaram marcadas nas propostas de Pjotr Kropotkin e Elisée Reclus, defensores de reformas sociais radicais e exímios praticantes da prática política libertária.

Foram justamente esses aspectos que condicionaram a renovação da ciência geográfica nos idos de 1960 e 1970. O objetivo principal era elaborar um novo paradigma teórico-metodológico e uma explicação geográfica que tentasse antecipar os desdobramentos futuros do capitalismo. Na época, a perspectiva epistemológica mais propalada, embora não fosse a única, era o materialismo histórico e dialético. Consequentemente, estudiosos da Geografia passaram a refletir a dinâmica social de modo mais crítico e radical. Mas, essa radicalidade e a demanda pela construção de novos arranjos políticos não se restringiram aos muros da academia. Na verdade, ele avançou para segmentos da sociedade civil.

Saquet analisa essas mudanças que acometeram a sociedade e a Geografia com ênfase no conceito de território a partir da Itália, sempre que possível fazendo correlações com o Brasil. No caso da Itália, o foco analítico é a relação capital-trabalho-território. Esse viés teve como pano de fundo a luta dos trabalhadores das grandes fábricas localizadas no norte do país na década de 1960. Nesse contexto, academia e sociedade civil passam a debater organização política, luta operária e conquista por melhorias sociais. É assim que o conceito de território adquire centralidade. Ou seja, pela sua capacidade de apreender os conflitos sociais e a orientação política para a organização sindical, ou melhor, por ser entendido como produto de relações sociais, organizadas política e espacialmente.

No Brasil, a renovação da Geografia teve a adesão de Manuel Correia de Andrade, Roberto Lobato Correa e Orlando Valverde. Até então, esses geógrafos brasileiros se encarregavam de delimitar, descrever e explicar parcelas do espaço geográfico. Contudo, o novo aporte teórico-conceitual, pautado no materialismo histórico e dialético, permitiu outras análises, como a tentativa de se buscar compreender as relações de produção e as forças produtivas. Mas, é com outro grupo que a Geografia brasileira passa a construir elaborações

teórico-metodológicas que reconhecem as relações espácio-temporais e sociais-naturais de maneira renovada, reflexiva e crítica, são eles: Milton Santos, Manoel Seabra, Armando Correa da Silva, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Ruy Moreira e Bertha Becker, com destaque para essa última.

Feitas essas considerações é possível retomar as discussões sobre a dimensão temporal na Geografia, pois, como bem coloca Saquet, vivemos processualidades territoriais-espaciais-temporais simultaneamente. E, para podermos apreender a miríade de processos e fenômenos que substantivam (i)materialmente o território, é preciso entender o território e o tempo para que possamos compreender as territorialidades e a temporalidades.

Para Saquet, a dimensão temporal é indispensável no estudo dos territórios, pois cada sociedade constitui o território ao seu modo e em cada espaço-território há elementos pluridimensionais que datam de períodos e momentos históricos diferentes. Dito de outro modo, o território significa tempo, temporalidades e territorialidades, portanto, também (i)materialidade. Há um movimento do tempo no território e do território no tempo, simultaneamente. Ambos, o tempo e o território, são processuais e relacionais concomitantemente e estão em íntima relação com o espaço.

A dimensão temporal é pensada a partir de dois movimentos que é concomitantemente unitário e distinto. Há o tempo da coexistências e o tempo histórico cuja unidade está na relação espaço-tempo e fazem parte de um único movimento universal.

Para Saquet, não é somente o tempo presente que deve ser observado na Geografia. Para ele, é preciso reconhecer o decurso temporal, o que estaria relacionado ao que ele chama de transtemporalidade, ou seja, a relação entre diacronia-sincronia e passado-presente-futuro formada por uma miríade de processos dialéticos e de superposições-coexistências.

Essas reflexões contribuem para que o autor trate a dimensão temporal sob a ótica da Geografia, ou melhor, reflita sobre a relação espaço-tempo nesse campo do saber. Tal discussão vem sendo debatida na Geografia desde a década de 1950, tendência que passa a ser enfatizada pelos geógrafos brasileiros a partir da década de 1970 e que o autor dá continuidade contribuindo com duas noções, a de transtemporalidade coexistente e a de transtemporalidade processual.

Para Saquet, o tempo das coexistências na Geografia seria o equivalente a transtemporalidade coexistente que, em poucas palavras, traduz-se em relações e situações concomitantes, similares ou diferentes, ou seja, em temporalidades-ritmos, trans-multiescalaridades e transteritorialidades que acontecem no mesmo ou entre lugares diferentes. Já o tempo histórico equivaleria ao que o autor denomina como transtemporalidade processual que corresponderia às fases, às sucessões, aos períodos e aos momentos históricos, o que significa que é possível definir períodos ou fases de duração contínua, intervalos-recortes do movimento.

Uma observação interessante feita por Saquet, com base em Milton Santos, é a de que existe um ‘tempo universal’ que ‘comanda o tempo dos outros’, ou melhor, existem tempos desiguais, como ele mesmo asseverou em outro texto de sua autoria. Por isso, Saquet afirma que o tempo mais rápido não abrange a sociedade em todo o seu conjunto ao mesmo tempo, há ritmos e heterogeneidades, ou seja, temporalidades no tempo e no espaço. Só para citar dois exemplos, basta notar as temporalidades na prática agropecuária da produção familiar artesanal (ritmos muito lentos) e numa fábrica (ritmos acelerados). Enquanto a primeira tem influência das condições naturais a segunda depende da eficiência na organização e distribuição das matérias-primas e mercadorias.

Ademais, o tempo é orquestrado por ritmos distintos, daí as noções de tempo lento e tempo rápido de que nos diz Milton Santos e reproduzidos na obra em apreço. É fundamental esclarecer, ainda, que os ritmos também são desiguais, pois variam no tempo e no espaço. Em outras palavras, os ritmos são pluridimensionais e dependem das condições (i)materiais em cada relação espaço-tempo-território, seja no plano individual, familiar, empresarial ou estadual. Portanto, há múltiplas temporalidades em cada território.

Além do tempo, outros aspectos como a identidade, as redes, o poder e a natureza são fundamentais para a formação do território. Sem contar que esses aspectos funcionam como objeto de distinção entre território e espaço. Assim, território é sucintamente produto e condição das relações sociedade-natureza, pluridimensional, com objetivações/formas/relações sociais e subjetivações/significados econômicos, políticos, culturais, contendo componentes fixos (naturais e construídos socialmente), redes e fluxos (produção-distribuição-circulação-troca-consumo) junto com o movimento da natureza. É construído historicamente com des-continuidades espaço-temporais, ou seja, com rupturas e

permanências quantitativas e qualitativas que são sempre processuais e relacionais, ao mesmo tempo significando, portanto, transtemporalidades, trans-multiescalaridades e transterritorialidades que podem ser sintetizadas pelas desigualdades, pelas diferenças, pelas identidades e pelas redes.

Retoma-se a discussão do tempo lento para afirmar que o ponto culminante da obra é o tópico “Uma concepção de geografia voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial”. É nele que o autor agrega todas as questões tratadas da introdução até os outros quatro capítulos que lhe antecedem, pois é objetivo de Saquet destacar a necessidade de compreensão dos ritmos e das desigualdades, especialmente os mais lentos, normalmente negligenciados nos estudos de Geografia.

O que se espera é que a Geografia contribua para a cooperação entre pesquisadores e sujeitos locais em prol do desenvolvimento, o que sugere ao pesquisador que ele seja um sujeito consciente e ativo nos processos que estuda, reflexivo, trabalhando em redes de cooperação com outros pesquisadores e especialmente com os sujeitos estudados.

Mas, não se trata de qualquer tipo de desenvolvimento. Almeja-se um projeto de desenvolvimento que esteja atrelado a justiça social e, nos dizeres de Giuseppe Dematteis citado por Saquet, uma decisão verdadeiramente justa seria aquela que melhora ‘consideravelmente o nosso ambiente de vida, sem piorar o de quem mora em outras partes do planeta’. Nas palavras do próprio Saquet, o desenvolvimento justo seria aquele que comporta sempre a atuação dos sujeitos locais em processos interativos, que possam inovar sem destruir o patrimônio histórico e sem degradar o ambiente, que possam gerir autonomamente o local sem ignorar as relações e redes extra locais.

Em termos teóricos isso se traduz na proposição elaborada por Saquet de transformar a relação territorialidade-temporalidade num paradigma que favoreça uma interface-interação mais intensa entre intelectualidade-ciência e cotidianidade-saber-arte, numa práxis de transformação territorial em favor das necessidades e anseios do povo.

As colocações de Saquet não se resume as teorizações. Além de ser reflexivo e propositivo ele demonstra que, nos últimos 13 anos, tem feito uma Geografia prática. Com o intuito de nutrir o imaginário coletivo com propostas que produzem tempos-espacos-territórios-outros, ele comenta sobre projetos e programas, que exhibe uma Geografia voltada ao desenvolvimento dialógico e participativo.

Os camponeses do município de Verê-PR com suas práticas agroecológicas; a criação de bairros de valor ambiental ou ecológicos sugeridos por Jean-Bernard Racine; o Projeto Vida no Bairro e o Projeto Vida na Roça no município de Francisco Beltrão-PR; a gestão da bacia do Rio Marrecas no estado do Paraná documentado no contrato Pacto de Rio; e o projeto Referências em sistemas agroflorestais no sudoeste do Paraná, são algumas das experiências organizativas locais que contrapõem o movimento de globalização.

Todos esses retículos organizativos locais tem uma questão chave: não basta criticar, planejar e debater, é preciso ter consciência de classe e de lugar e, especialmente, autogovernar-se, como sugeriu Alberto Magnaghi citado por Saquet. Com a obra “Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades”, Marcos Aurélio Saquet territorializa imaterialmente uma lição: é preciso estimular a criação de uma organização política de gestão e autonomia sempre usando a ciência para ‘dominar o futuro para o Homem, isto é para todos os homens e não só para um pequeno número deles’ como disse Milton Santos. Como nos diz Saquet é preciso viver com qualidade de vida e, acima de tudo, é preciso construir uma auto-organização num movimento sempre contrário à reprodução ampliada do capital.

## REFERÊNCIAS

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015 [2011]. ISBN 9788564433274 Tamanho 23,0 x 16,0 Brochura

### **Autora da resenha**

---

**Aline dos Santos Lima** – Possui graduação em Geografia e Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Atualmente é doutoranda em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF BAIANO).

---

**Resenha recebida em: 29 de novembro de 2016.**

**Resenha aceita em: 16 de dezembro de 2016.**